



O legado dos pan-africanismos na união africana: breves reflexões sobre desafios e perspectivas para os estados africanos

*The legacy of pan-africanisms in the African Union:
brief reflections on challenges and perspectives for African states*

Mamadú Cissé¹

Joyce Amâncio de Aquino Alves²

Resumo: Os ideários pan-africanistas surgiram como contraponto ao modelo político hegemônico no cenário internacional. Pautado pela solidariedade e integração entre os países terceiro-mundistas, o pan-africanismo foi fundamental na independência dos Estados africanos, na formação da União Africana (UA) e da sua antecessora, Organização da Unidade Africana (OUA). Esta discussão objetiva compreender as influências e desafios do pan-africanismo nesses processos, algo que se estende para além do contexto das lutas independentistas africanas. Na verdade, esforça-se para demonstrar que esta corrente de pensamentos deixou legados que ainda hoje fundamentam reformas estruturais no continente. Para tal, procedemos à revisão qualitativa da bibliografia com base em fontes secundárias do campo da História, Relações Internacionais, Ciência Política e também a partir de uma reavaliação do próprio estado da arte da literatura crítica do pan-africanismo. Por meio da análise bibliográfica e documental – com ênfase nos estudos pós-coloniais – propõe-se um questionamento crítico ao atual modelo integracionista africano.

Palavras-chave: Estados africanos; Integração; Pan-africanismos; União Africana.

Abstract: Pan-Africanist ideas emerged as a counterpoint to the political model hegemonic in the international scene. Based on solidarity and integration among third world countries, Pan-Africanism was fundamental in the independence of African States, in the formation of the African Union (AU) and its predecessor, Organization of African Unity (OAU). This discussion aims to understand the influences and challenges of Pan-Africanism in these processes, something that extends beyond the context of African independence struggles. In fact, it strives to demonstrate that this current of thought has left legacies that still underpin structural reforms on the continent today. To this end, we proceeded to a qualitative review of the bibliography based on secondary sources in the field of History, International Relations, Political Science and from a revisit of the very state of the art in the critical literature of Pan-Africanism. Through bibliographic and documentary analysis - with an emphasis on post-colonial studies - a critical question is proposed about the current African integrationist model.

Keywords: African states; African Union; Integration; Pan-Africanisms.

¹ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) - BA.

² Professora Adjunta na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) - BA.

1. Apresentação

O pan-africanismo surge como um movimento intelectual e de ativismo que teve suas bases lançadas nos finais do século XVIII e início do século XIX, visando servir de um espaço que agregue as várias lutas contra discriminação, racismo e subalternização das pessoas de pele negra motivada pelo tráfico de escravizados e posteriormente pela colonização. Assim, esta grande guarda-chuva – que congrega várias correntes de pensamento – também viria a servir de respaldo teórico das lutas pelas independências dos povos colonizados ao mesmo tempo que advoga por uma unificação política do continente africano, pelo resgate da autoestima e da cultura negra através da negritude.

Por ser constituído pelas diversas vertentes e filosofias de pensamento político, partimos da hipótese de que esta heterogeneidade das correntes pan-africanistas pode ser o sustentáculo de sua capacidade de reinvenção e validade até aos dias atuais.

Revisitar seus clássicos e realizar uma contextualização sobre o estado de arte e aplicação da ideologia pan-africanista nos dias atuais foram dos principais motivos que induziram nossos questionamentos para sustentar a produção deste artigo. De forma superficial e errônea – por sua aparente falta de protagonismo e referências na contemporaneidade – sempre que se fala do pan-africanismo na contemporaneidade as análises tendem a remeter aos seus precursores ou restringir a atuação deste movimento àquele período (BANA, 2005). Na verdade, pretendemos – com esta contribuição – demonstrar que o pan-africanismo e os pan-africanistas continuam exercendo influências no seio do pensamento político africano e internacional, vide Muryatan (2016) e o próprio respaldo que esta doutrina tem dado à execução das mais recentes reformas diplomáticas pela integração continental em curso no seio da União Africana (UA), antiga Organização da Unidade Africana (OUA).

Para tal, procedemos à revisão da bibliografia com base em fontes secundárias como: artigos, livros, ensaios, etc. no campo da História, Relações Internacionais, Ciência Política e também a partir de uma revisitação do próprio estado da arte da literatura crítica do pan-africanismo. Também nos servimos de algumas fontes institucionais como local de recolha de evidências – sendo que os sites da própria UA são um dos exemplos; tendo em vista a viabilização destas metas, utiliza-se a metodologia qualitativa com foco na tipologia descritiva-explicativa.

O presente *paper* é composto por seis seções e a nossa discussão está roteirizada da seguinte forma: depois desta breve conjuntura introdutória. Segue-se uma sucinta contextualização histórica da gênese do pan-africanismo. No terceiro ponto, focamo-nos em debruçar a respeito da sua relação com o surgimento da UA e a sua antecessora OUA. Na quarta parte, discute-se as perspectivas e

desafios para o futuro pan-africanista. Na quinta seção, demos enfoque ao seu legado e influências no cenário global. Nas considerações finais, pontuam-se – brevemente – as principais discussões e impressões resultantes do debate que ora se apresenta.

2. Pan-africanismos: a gênese de uma escola transafricana de pensamentos, da política e do ativismo

Nos finais do século XVIII e início do séc. XIX, paralelamente às revoluções liberais³ que tiveram lugar na Europa, também surgia em outras partes do mundo ideais que visavam uma emancipação total dos territórios e povos então colonizados; um dos mais impactantes dentre estes movimentos foi sem dúvida a revolução haitiana⁴. Este movimento consciente e independente das massas de São Domingos serviu de mote para, posteriormente, se construírem organizações e ações políticas similares com vistas à emancipação dos territórios colonizados pelas potências imperialistas, tendo sido capitalizado por um grupo de acadêmicos, ativistas e demais lideranças, como por exemplo: Frantz Fanon, Kwame N'krumah, W.E.B Du Bois, Edward Blyden, Marcus Garvey, Silvester Williams, entre outros, que almejavam um futuro em que os povos da pele negra, e outros tantos que estavam sob o jugo colonial, seriam protagonistas dos seus próprios destinos, retomando assim o direito à sua autodeterminação. Estes movimentos tiveram no pan-africanismo sua principal referência e representação política.

O Pan-africanismo nasceu da luta de ativistas negros na África e, sobretudo, na diáspora americana, em prol da valorização de sua coletividade. Sua marca inicial, entre fins do século XVIII e meados do século XX, foi a construção de visões positivas e internacionalistas acerca de sua identidade étnico-racial, entendida como comunidade negra: africana e afrodescendente [...]. A partir de 1945, o Pan-africanismo entrou num segundo momento, como parte integrante das lutas de independência nacional e contra o neocolonialismo na África⁵.

Nesta perspectiva, importa trazer um relato breve que não pretende esgotar o assunto, servindo-nos de contextualização e retomada de alguns episódios que marcaram os primórdios desta corrente de pensamentos.

Para tal, inicia-se com considerações sobre as influências que a atuação de alguns grupos e acontecimentos exerceram para o advento do pan-africanismo, dentre os quais as associações e

³ Chamamos de revoluções liberais um conjunto de episódios que, impulsionados pelo iluminismo, deram origem, entre outros acontecimentos, às revoluções: francesa, Revoluções pela independência na América Latina, Independência dos EUA, de certa a revolução industrial, etc.

⁴ Quase simultâneo à revolução francesa, a revolução dos escravizados no Haiti foi um dos primeiros marcos, pioneira naquela magnitude, a desencadear oposição com êxito ao sistema colonial-escravocrata, ela é igualmente conhecida por Revolta de São Domingos (1791-1804), sendo um período marcado por conflito brutal na colônia de Saint-Domingue, levando à eliminação da escravidão e à independência do Haiti, tornando-o na primeira república governada por pessoas de ascendência africana. (JAMES, 2007).

⁵ BARBOSA, Muryatan Santa. Pan-africanismo na Présence Africaine: unidade e diversidade de um ideal na Présence Africaine 1956-63. XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH). *Caderno de resumos: Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios*. Florianópolis; v. 1, 2015. p. 1-23.

reuniões de vários estudantes da África e Caribe que se encontravam nas metrópoles coloniais e em outros espaços influentes, como são os casos de Paris, Lisboa, Londres, EUA, etc. Destes encontros resultariam a criação da conceituada revista *présence africaine: revue culturelle du monde noir*⁶, e múltiplos eventos promovidos pelos intelectuais e estudantes mencionados acima, visando a autodeterminação cultural, política e econômica dos povos negros espalhados pelo mundo. Como colocado pela Raissa Reis e Taciana Resende (2016), a Conferência de Bandung⁷, revolução pela independência argelina e o surgimento da negritude⁸ – impulsionado pelos poetas Léopold Sédar Senghor, Aimé Césaire, e entre outros – foram todas pautas levantadas no Primeiro Congresso Internacional de Escritores e Artistas Negros que fora realizado em 1956 na cidade de Paris.

A partir da sua gênese e por conta de sua motivação ideológica-política, o pan-africanismo passou a dar corpo e servindo de aporte teórico para fundamentação da militância de vários outros movimentos progressistas e independentistas⁹ naquele momento. Esse hibridismo ideológico o transformou não só em um meio de inspiração das lutas anti-imperialistas, como também num grande campo de debate aberto para inserção de novos paradigmas com suas respectivas invenções e adaptações. Neste quadro, o professor Muryatan (2015) nos lembra que não foram raros os momentos da sua trajetória que o pan-africanismo foi associado à alguns valores do iluminismo e marxismo.

Depois desta contextualização, cabe olhar para a conceptualização e etimologia do termo pan-africanismo, que segundo colocação do Márcio Paim (2016), a palavra surgiu nos países da América anglofona na tentativa daqueles afro-diaspóricos reivindicarem contra a escravização, exigindo suas liberdades e igualdades sociais com relação aos demais. Logo, partindo da tradução grega do prefixo *pan* que significa *toda/todo e/ou tudo*, juntado com o sufixo *africanismo* dá se a entender que as duas palavras aglutinadas significam a *africanidade/africanismo* visto como *um só*,

⁶ A *Présence Africaine* foi uma das revistas mais respeitadas na segunda metade do século XX. Criada pelos estudantes negros, antilhanos e africanos, em 1947 e ainda em circulação, que moravam em Paris na década de 1930, ela visa exprimir uma visão positiva da identidade negra na diáspora. (Barbosa, 2015).

⁷ Realizada em 1955 na Indonésia, a conferência de Bandung contou com a participação de 23 países asiáticos e 06 africanos (Egito, Líbia, Libéria, Gana, Sudão e Etiópia); ela visava se opor ao colonialismo e neocolonialismo ocidental, almejando a consolidação das novas forças globais terceiro mundistas, através da cooperação econômica e cultural afro-asiática. Daí saiu a resolução do não alinhamento destes Estados na Guerra Fria, evitando a influência dos blocos hegemônico-imperialistas no continente africano. (Bissio, 2013).

⁸ Negritude foi o nome dado a uma corrente literária que agregou escritores negros de países que foram colonizados pela França. Os objetivos da Negritude são a valorização da cultura negra em países africanos ou com populações afrodescendentes expressivas que foram vítimas da opressão colonialista; ela atingiu seu auge com escritos do poeta senegalês Léopold Sédar Senghor e o martiniquense Aimé Césaire, que procuravam uma defesa da identidade, cultura e autodeterminação desses povos. (Brescia, 2014).

⁹ Para citar só alguns exemplos de movimentos com pautas e lideranças que atuaram inspirados no pan-africanismo, podemos elencar o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), o Partido Africano pela Libertação da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), a Organização Popular da África Sul-ocidental (SWAPO, da Namíbia), Congresso Nacional Africano (ANC, na sigla em inglês), entre vários outros, inclusive todos os Estados africanos da altura, libertos e não da colonização. (Paim, 2016).

ou uma *África unida num todo*.

O conceito entraria em difusão e no uso público em 1900, na primeira conferência dos povos de pele negra, que fora realizada pelo Henry Silvester Williams em Londres – Westminster. Nesta conferência também se definiram os dois pressupostos principais do pan-africanismo: projeto de libertação/emancipação e também se decidiu que ela serviria do mecanismo para promover a integração dos países africanos.

Tomado por muitos como um movimento guarda-chuva – metáfora aplicada por congregar diversas vertentes e correntes de pensamento – o que torna ainda mais complexa a tarefa de taxar uma definição unânime para o movimento pan-africanista; ela, contudo, possui algumas linhas de atuação prática que nos permite inferir uma colocação provisória do seu conceito. Nesta ótica, adotamos as considerações trazidas pelo pesquisador de estudos africanos, Márcio Paim, que em seu texto de 2016 trouxe um conjunto de definições que em nosso ver fornecem abrangência suficiente para o debate.

O mesmo autor propôs uma descrição cronológica dos diferentes pensadores e os principais marcos teórico-ideológicos com os quais influenciaram a construção da identidade pan-africanista. Dentre eles se destacaram o afro-americano William Edward Burghardt Du Bois, que defendia a tese de que a comunidade diaspórica afro-americana só poderia alcançar sua emancipação sociopolítica através do conhecimento do seu processo histórico e cultural resgatando assim a sua ancestralidade; por este motivo, ele é identificado como defensor do pan-africanismo educacional. Por sua vez, o escritor e educador de massas afro-americano, Booker Tagliaferro Washington, também foi essencial, cujos escritos contribuíram massivamente na difusão da necessidade urgente de uma unidade pan-africanista. Para ele, a inserção dos negros na sociedade capitalista era essencial, uma vez que é através destes espaços de exercício do poder econômico que eles poderiam influenciar as demais esferas sociais a favor dos negros.

Por seu turno, o antilhano Edward Wylmot Blyden foi um dos expoentes máximos do pan-africanismo religioso, ele se alinhou às causas antissegregacionistas à partir do momento que viu sua bolsa de estudos teológicos, para os EUA, ser cancelada por causa da sua cor da pele, algo que viria a conseguir na Libéria, onde concluiu seus estudos na área da teologia. Tendo sido jornalista, professor e governante, ele também foi um importante mediador do diálogo entre diferentes confissões religiosas, defendendo uma convivência inter-religiosa pacífica entre os africanos como forma de propiciar o alcance do entendimentos nas demais pautas.

Perante estas visões focadas em temas específicos, surge a ideia da universalização do pan-africanismo e radicalização da unidade dos africanos, esta visão foi sustentada pelo político e empresário jamaicano, Marcus Mosiah Garvey. Para ele, as vertentes religiosas, educacionais,

culturais, políticas, econômicas, e militares devem ser conciliadas visando único fim que consistiria em edificar uma entidade política forte, esta entidade concebida por ele seria os Estados Unidos da África. Garvey representou a ruptura da transição do pan-africanismo de sua fase embrionária/ideológica para o estágio mais maduro, interventivo e da execução deste ambicioso projeto. Ele foi igualmente um dos mais importantes apologistas do movimento *Back to Africa*, embora não tenha aprendido nenhum idioma africano ou sequer conhecido o continente, ele influenciou muitos militantes pan-africanistas inclusive os da classe intelectual, dentre os quais se destacam Kwame N’krumah e Jomo Kenyatta.

A par do Wylmot e sua proposta do pan-africanismo religioso, o *rastafarianismo* marcou a expansão da religiosidade no pan-africanismo, desta feita assentada em moldes africanas e não por meio de uma religião exógena como foi o caso do evangelismo proposto por Wylmot. Criado por garveiristas depois da morte deste, o nome *rastafarianismo* surge para homenagear o Tafari Makonen ou Hailê Selassiê, primeiro imperador da Etiópia, que segundo professara o Marcus Garvey, ele seria o imperador africano que iria reunir as nações negras da diáspora levando-os de volta à África. Esta vertente do pan-africanismo se fortalece quando a Etiópia se consolidou como o único território africano que fora pretendido, mas acabou por não ser conquistada pelos imperialistas italianos. Para seus crentes, a maconha, o rasta (cabelos longos), o *reggae*, e a figura do Bob Marley simbolizam marcos importantes na busca pela paz, virtude e união na perspectiva da emancipação africana.

Por último, talvez o pan-africanismo socialista fosse a mais influente entre todas estas correntes, isto porque, para além dos seus dois principais precursores: George Padmore e Kwame N’krumah – ambos influenciados pelo marxismo e comunismo russo – terem sido os principais impulsionadores do V – Congresso pan-africanista de 1945 em Manchester; este mesmo congresso seria fulcral na definição das diretrizes que posteriormente levariam às independências dos Estados africanos e também deu impulso ao nascimento da ideologia de N’krumah, influenciado por Garvey, aquela que consistia em edificar uma só nação africana.

Por conseguinte, e apesar da ampla diversidade de visões teórico-políticas, este aspecto da ecologia de pensamentos não dificultou a convergência ideológica e a definição dos principais escopos das lutas e pautas que deveriam nortear as atuações do pan-africanismo nos seus primórdios. Na verdade, teve efeito positivo tendo em vista a colocação do Muryatan:

Na América a questão central era o escravismo e, no pós-abolição, a subalternização do negro nas sociedades nacionais americanas. Na África, o problema crucial era o colonialismo externo, com destaque para a discussão dos intelectuais negros estadunidenses sobre a formação da Libéria. Desse amplo debate surgiram os ideais primordiais do pan-africanismo: liberdade e integração¹⁰.

¹⁰ BARBOSA, Muryatan Santana. Pan-africanismo e relações internacionais: uma herança (quase) esquecida. *Revista*

Não obstante a convergência relatada acima e as independências africanas recém conquistadas essencialmente a partir da segunda metade do século XX, os efeitos colaterais da escravização/colonização ainda se mantinham bem presentes tanto nas mentes, quanto no plano geopolítico dos territórios africanos; foi a partir destes resquícios que os efeitos da conferência de Berlim (15 de novembro de 1884 – 26 de fevereiro de 1885)¹¹ vão se revelar fatais e desgastantes ao deitarem por terra aquele que era visto como maior projeto e desafio político para o continente africano – edificação de uma única nação africana (Estados Unidos da África na concepção teorizada por Garvey) proposta por N’krumah e outros.

Foi no VII Congresso pan-Africano, realizado em Accra (1958) e acolhido pelo N’krumah, onde ficou exposto as profundas divergências entre as principais lideranças do continente na altura, que causariam a divisão dos Estados africanos em dois grupos: pan-africanistas e progressistas.

O grupo dos pan-africanistas de Casablanca (composto pela Gana, Egito, Marrocos, Guiné-Conacri, Sudão, etc.) defendia a dissolução das fronteiras herdadas dos colonizadores, transpondo as circunscrições fronteiriças definidas na conferência de Berlim e a criação de uma federação dos Estados africanos que os tornariam mais resilientes face a manutenção dos interesses neocoloniais no continente ao mesmo tempo que transformaria a África num ator importante no cenário mundial. Por seu turno, o grupo de Monróvia (integrado pela República do Congo Brazaville, Senegal, Etiópia, etc.) entendeu que cada país deveria manter o status quo de suas fronteiras e se autogovernar sem interferência alheia. Devido à suas ligações com as ex-metrópoles, estes progressistas foram acusados de terem um caráter elitista e serem defensores de relações neocoloniais com as ex-potências coloniais¹².

Como nos foi reportado pelo historiador democrata congolês, Elikia M’Bokolo (2011) e Márcio Paim (2016), a década de 1960 do século passado foi um período áureo no qual dezoito Estados africanos – para o espanto do mundo imperialista – conquistaram suas independências onde também se deu a criação da OUA¹³ sob influência pan-africanista. Nesta altura, vários líderes

Carta Internacional, Belo Horizonte, v. 11, 2016, n. 1; p. 144-162.

¹¹ Segundo Adekaye (2010) citado por Wapmuk e Akinkwotu (2017), a Conferência de Berlim de 1884-1885, sediada pelo Chanceler alemão, Otto von Bismarck, proporcionou uma divisão da África esculpida pelas potências europeias. Apenas o império da Etiópia e o território da Libéria escaparam desta partição. A França tomara possessões no Norte, no Oeste e Centro da África; a Grã-Bretanha reivindicou o Oeste, o Leste e a África central e austral; Portugal centrou suas reivindicações nos territórios de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau; o Rei Leopoldo da Bélgica recebeu o Congo; a Itália almejava ter controle sobre a Líbia, a Eritreia e parte da Somália; a Espanha fez o mesmo no norte do Marrocos, no Saara espanhol e na Guiné espanhola; enquanto isso, a Alemanha ganhou áreas no sudoeste e no leste do continente, bem como em Camarões e no Togo. A Alemanha, entretanto, viria a perder suas possessões em consequência de sua derrota na Primeira Guerra Mundial.

¹² PAIM, Márcio Luís. Pan-Africanismo: Política, Libertação e Golpes de Estado. *Revista Tempo, Espaço e Linguagem*, vol. 7, 2016, nº .1, jan. /jun. Irati, Paraná; pág. 207-229.

¹³ A Organização da Unidade Africana foi criada em 25 de maio de 1963, sendo que adotou a sigla UA – União Africana – a partir de 2002 até data presente.

africanos – quiçá devido as influências da colonização ou pela efervescência dos sentimentos e orgulhos nacionalistas do pós-guerras independentistas – se opuseram ao plano pan-africanista que vinha sendo proposto anteriormente, visando a unificação dos Estados africanos em uma confederação. Estes optaram por garantir a manutenção das fronteiras delimitadas e herdadas da mão dos colonizadores desde a Conferência de Berlim.

3. A Organização da Unidade Africana (OUA) e a União Africana (UA) sob os ideais pan-africanistas

Os ideais Pan-africanistas permearam a criação da Organização da Unidade Africana (OUA), bem como também estão presentes em sua sucessora — União Africana (UA). A concepção de unidade dos africanos é impulsionada até hoje pelos ideais pan-africanistas. A promoção da luta pela independência do continente africano esteve pautada pelo movimento pan-africanista e há uma relação intrínseca entre nacionalismo anticolonial africano e pan-africanismo. Sobre a relação do pan-africanismo e a criação da Organização da Unidade Africana na década de 1960, vê-se que:

A concepção de unidade dos africanos no período de formação da OUA foi, e é fomentado até hoje, pelo pensamento pan-africanista. O pan-africanismo surge como um movimento que tinha como objetivo fazer com que os próprios negros se entendessem como um povo¹⁴.

A unidade continental – seja ela política, econômica ou territorial – é um projeto importante do pan-africanismo, mas que também sofreu mudanças e contestações no decorrer das fases deste movimento, uma vez que a questão das fronteiras dividia os Estados logo depois das independências:

Entre 1957, quando se deu a independência de Gana, e 1963, ano da formação da Organização da Unidade Africana (OUA), o Pan-africanismo entrou em uma nova fase. Esses cinco anos de relações interafricanas se caracterizaram por muita volatilidade, insegurança, tensão, múltiplas competições e ameaças à segurança de Estados individuais. Os jovens Estados africanos chegaram a se dividir em três blocos, que podem ser chamados Estados radicais, moderados e conservadores. Além da crise do Congo e da luta armada do FNL na Argélia, foram as questões de unidade no continente e do respeito às fronteiras herdadas do colonialismo que dividiram os Estados. O resultado foi a derrota de conceitos radicais de unidade africana na tradição do Pan-africanismo e, com a fundação da OUA em 1963, a institucionalização do *status quo* territorial entre os Estados¹⁵.

¹⁴ ALMEIDA, Érica Reis de. O pan-africanismo e a formação da OUA. *Revista geo-paisagem* (online). Niterói, RJ, Brasil; ano 6, jul./dez. 2007, nº 12. p. 1-22. Disponível em: <<http://www.feth.ggf.br/%C3%81frica.htm>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

¹⁵ DÖPCKE, Wolfgang. A vida longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra. *Rev. Bras. Polit. Int.* v. 42 (1), 1999, p. 77-109.

A propagação das ideias pan-africanistas feita pelos precursores deste pensamento parecia distante da prática institucional na OUA, uma vez que a atuação em conjunto na economia e na política não estavam sendo implementadas. Beti e Tobner (2007) explicitam que a OUA se tornou “um brinquedo de competições que transbordam na África, desviada de seus ideais por ambições mesquinhas, degradada pelas bases intrigada de deslizos e os cálculos sórdidos.”¹⁶ No que tange à prática, os ideais pan-africanistas foram diluídos dentro dos processos políticos institucionais.

A análise feita por Durão (2018) acerca da continuidade da OUA na década de 1960, considera que apesar das divergências entre os líderes, o pan-africanismo é responsável pela manutenção desta organização. Para o autor, o pan-africanismo foi paulatinamente substituído pela palavra “unidade”. Nota-se que há uma absorção das diversas ideias presentes no pan-africanismo e que estas vão dando lugar a experiência institucional e o desafio de pensar união do continente. Os pensadores pan-africanistas contribuíram com a crítica anticolonial e eram as expressões das nações independentes.

No contexto pós-Guerra Fria, a União Africana (UA) surge em 2002 em substituição à Organização da Unidade Africana (OUA). Para Visentini (2010), a UA também se inspira na ideologia do pan-africanismo e sua fundação se insere no contexto da necessidade de uma organização capaz de fazer frente aos desafios potencializados pela situação gerada pelo encerramento do conflito bipolar. É importante destacar que a substituição da OUA pela UA é vista como uma adequação do continente africano às novas demandas:

Ante este novo contexto, a organização teria sido criada com o intuito de corrigir o legado negativo deixado pela antecessora OUA e recolocar a África no novo cenário que se vislumbrava. Com sede em Abis Abeba (Etiópia), compõem a UA todos os Estados africanos, à exceção do Marrocos. Com a admissão da República Árabe Saarauí Democrática (não reconhecida pela ONU), a organização totaliza 53 membros¹⁷.

Para as autoras citadas acima, a UA difere-se de sua antecessora pela estrutura institucional e assemelha-se à estrutura e formatação da atual União Europeia. Em relação às reais modificações da OUA para UA, Ribeiro (2007) destaca que o processo de transição da OUA para UA coloca em discussão a sua viabilidade, se levarmos em consideração que esta não deixa claro quais são suas diferenças e objetivos em comparação com sua antecessora. Embora seja evidente uma abordagem institucional mais flexível e voltado às dinâmicas internas e externas que envolvem os interesses africanos na atualidade.

Nesse sentido, a União Africana também apresenta desafios na busca por um melhor

¹⁶ BETI, Mongo; TOBNER, Odile. *Dictionnaire de la negritude*. Paris: L'Harmattan, 1989.

¹⁷ HAFFNER, Jacqueline A. H; VIANA, Genivone Etmy Sequeira. União Africana (U.A): desafios e oportunidades da integração. *Conjuntura Austral*, Porto Alegre, RS, v. 4, 2013, n. 20, p. 69-94. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/38134>>. Acesso em: 02 maio 2020.

desempenho do continente nas relações internacionais, conforme esboçam Haffner e Viana (2013) devido a diversidade de identidades culturais presentes no continente, a atuação da União Africana pode ser considerada muito complexa, especialmente para a construção de uma entidade supranacional.

A União Africana deve continuar mostrando sua capacidade latente para prosperar. A diversidade cultural, a riqueza dos recursos naturais, a extensão e variedade do território de 30 milhões de km², o potencial humano de cerca de um bilhão de habitantes (dos quais 60% com menos de 25 anos), a boa governança como uma exigência e um mercado com oportunidades enormes de expansão são trunfos dessa caminhada. A União Africana aposta nessa direção: seu objetivo principal visa, precisamente, à promoção do desenvolvimento e da integração do continente¹⁸.

A unidade e a integração como pressupostos pan-africanistas ainda são os principais desafios da União Africana, visto que no século XXI o sistema mundial torna-se ainda mais intenso e dinâmico. A União Africana (UA) é uma forma de articulação continental que acompanha as transformações do continente, com as nações “recuperando seu protagonismo, nos marcos do Renascimento Africano, enquanto as economias asiáticas se voltam para o continente em busca de recursos, mercados e aliados”¹⁹.

O papel da União Africana torna-se ainda mais relevante no início do século XXI junto à nova geopolítica e aos novos desafios do continente africano, buscando consolidar os fundamentais princípios pan-africanistas, por se tratarem de ideias que endossaram processos políticos dos Estados desde o surgimento da OUA. De acordo com Asante e Chanaiwa (2010), a UA passou a dar mais destaque às ideias da negritude, do pan-africanismo e do renascimento africano. O pan-africanismo foi uma das grandes influências da integração regional no continente; afinal, a ideia da criação de uma organização que zelasse pelo interesse da África, para construir uma África unida e integrada, alicerçada pela integração política, econômica, social e cultural, corroborava profundamente com os ideais deste movimento.

Observa-se que a substituição da OUA pela UA se firmou na tentativa de considerar as dificuldades já percebidas como a de lidar com a herança colonial e o Apartheid, bem como a diminuição de conflitos. Sobre a transição das organizações, Dofonnou et al. (2016) apontam que a primeira esteve muito mais baseada nos moldes pan-africanistas e a segunda muito mais nos ideais do Renascimento Africano:

De um lado a primeira representava a consubstanciação dos anseios pan-africanistas de promoção da autodeterminação dos povos, do respeito à soberania dos Estados e da aclamação pela liberdade das colônias na África. A segunda é a

¹⁸ Ibidem, p. 9.

¹⁹ VISENTINI, Paulo Fagundes. *A África moderna: um continente em mudança (1660-2010)*. Porto alegre: Leitura XXI, 2010.

expressão, no âmbito político, da adequação da África ao mundo pós-Guerra Fria, pois mesmo havendo a manutenção de pontos anteriormente valorizados pela OUA (como a busca pelo aumento da integração, da unidade e da solidariedade entre os Estados-membros e o respeito à soberania, a integridade territorial e a independência dos Estados africanos), é perceptível que outros objetivos ganharam força na UA, tais como a resolução de conflitos por meios pacíficos, a valorização da democracia, a boa governança, o direito de intervenção por parte da organização em situações relacionadas a crimes de guerra, genocídios e crimes contra a humanidade, entre outros²⁰.

De fato, a União Africana encara a necessidade de liderar vários processos na atualidade e com a missão de inspirar confiança e *expertise* para lidar com questões internas e externas, bem como uma consolidação de uma organização com identidade africana que atravessa a base teórica do pan-africanismo, objetivando recolocar estes ideais, ainda que se apresentem de forma muito complexa, são princípios encontrados nos textos oficiais e discursos, buscando transformar-se em prática que repercutem no cenário internacional.

4. Do pan-africanismo clássico às perspectivas futuras

O quadro apresentado nas duas seções anteriores, compreendeu os períodos iniciais do século XX até ao final do mesmo, momento este que constituiu o advento e as primeiras mobilizações do movimento pan-africanista e a criação da OUA. Com isso, os nossos nos esforços foram no intuito de trazer aqueles que foram os seus antecedentes, suas personagens principais, seus marcos essenciais e a sua gênese ideológica, teórica e política. Pretendemos com esta abordagem breve, demonstrar os rumos que o movimento adquiriu após as independências da maioria dos Estados africanos, orientando as suas atuações nos grupos da integração regional e a inserção dos mesmos no cenário internacional, inclusive a criação da OUA, cujas estruturas ecoam até os tempos atuais. Dessa forma, estes e outros desdobramentos serão objeto de análise no presente tópico, onde focaremos em uma análise sobre o recorte temporal a partir do final do século XX até a contemporaneidade.

Um dos objetivos políticos e socioeconômicos mais ambiciosos dentre as últimas cúpulas gestoras da UA, o slogan “unidade na diversidade” foi buscar referência nos valores da fundação do pan-africanismo – aos quais já fizemos referência nas seções antecedentes – para perspectivar o futuro, isso demonstra a vigência dos valores pan-africanistas ainda presentes no delineamento das linhas mestras das atuações da UA.

Desde 2002, após a OUA ser substituída pela UA, tem ocorrido uma série de reformas e transformações que visam levar a cabo uma nova dinâmica àquela que é a maior organização

²⁰ DOFONNOU, Nadège Biova; SILVA, Anderson Henrique da; STAINER, Andrea Quirino. Os acordos firmados no continente africano e sua relação com os processos de integração regional: o caso da União Africana. *Revista Política Hoje*, v. 25, 2016, n. 2; p. 133-160.

continental. No preâmbulo da apresentação da agenda 2063 da UA, por exemplo, ler-se:

A Agenda 2063 é o plano e plano mestre para transformar a África na potência global do futuro. É a estrutura estratégica para cumprir o objetivo de África de desenvolvimento inclusivo e sustentável e é uma manifestação concreta do impulso pan-africano pela unidade, autodeterminação, liberdade, progresso e prosperidade coletiva perseguidos no Pan-Africanismo e no Renascimento Africano.

No seguimento desta carta de intenções, a igualdade de gênero, o empoderamento da juventude, a reforma institucional, integração das diásporas e um desenvolvimento econômico voltado para as pessoas – tudo isso aliado a uma retomada dos aspectos culturais e intelectuais através do renascimento africano que por seu turno envolve movimentos icônicos lançados desde séc. XX como a negritude e o próprio pan-africanismo – constituem metas relevantes e ambiciosas que desafiam a atuação e a adaptação daquela organização continental aos desafios propostos pelo novo século.

Ainda na perspectiva de uma retomada da herança pan-africana, para impulsionar o renascimento africano, pode-se fazer referência à ambiciosa empreitada que estabeleceu uma zona comum de comércio a nível de todo continente. Para Lopes (2019)²¹, o acordo para Área de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA – sigla em inglês) que visa instituir uma Zona de Livre Comércio Continental (ZLEC) é a iniciativa supranacional e multilateral mais importante de que se tem registro na história recente do continente, senão em toda a existência da refundada União Africana, não só pelo engajamento político dos atores envolvidos no processo, mas também pelo tempo recorde em que ele foi alcançado e ter sido iniciada sua implementação, uma vez que, as negociações se iniciaram em 2013, sendo aprovado e assinado por 54 dos 55 países do continente até 2019; com 36 ratificações e em fase da implementação desde janeiro de 2021.

Para além da mobilização política e vantagens econômicas para os países, esta vontade e flexibilidade política mostra também aquilo que tem sido a aplicação da herança pan-africanista na atualidade; inclusive, esta reforma impulsionada pelo atual presidente ruandês, Paul Kagamé, e ex-presidente da UA (de jan. 2018 a fev. 2019), recebeu o nome da “unidade de reforma”, numa alusão ao slogan pan-africanista “unidade na diversidade”.

Apresentar os mais recentes esforços da UA na tentativa de construir um mercado único, comum e livre é importante – numa era marcada pela fragmentação dos blocos por meio da intensificação de políticas unilaterais – não só por servir de trunfo aos estados africanos no cenário político internacional, fazendo do continente um *playmaker* mais resiliente ao ter a possibilidade de se tornar a maior zona econômica e mercado conjunto a nível global, mas também por reforçar a

²¹ Para saber mais acerca do AfCFTA, pacote de reformas institucionais e da implementação do mercado comum africano, acesse: <<https://www.dn.pt/lusa/zona-de-livre-comercio-em-africa-e-a-iniciativa-mais-importante-desde-o-colonialismo---economista-carlos-lobes-10772440.html>>. Acesso em: 04 fev. 2020.

solidariedade e integração dos Estados e tais preocupações marcaram o pensamento pan-africanista desde seus primórdios. Deste ponto de vista, a UA está oferecendo uma possibilidade endógena à crise que a cooperação internacional e o multilateralismo têm enfrentado.

Outrossim, cabe trazer algumas reflexões acerca do modelo de integração continental que tem sido adotada pela UA, que mais se aproxima de uma espécie de mandatos que a UA delega para cada uma das Comunidades Econômicas Regionais (CER), sendo estes últimos responsáveis pela gestão da integração microrregional desses Estados, com objetivo de facilitar uma atuação mais concertada a nível do continente.

Como nos foi reportado por Luigi e Pennaforte (2010)²²: “Em 2007, nos dias 26 e 27 de julho, foi realizado em Kigali, Ruanda, a II Conferência dos Ministros Africanos da Integração, que decidiu pelo reconhecimento de apenas oito (8) comunidades econômicas regionais (CER)” dentre eles constam a Comunidade dos Estados Sahel-Saarianos (CEN-SAD); Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA); Comunidade da África Oriental (EAC); Comunidade Econômica dos Estados Centro-Africanos (ECCAS ou CEEAC); Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO ou ECOWAS); Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD); Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e União do Magrebe Árabe (UMA). Importa sublinhar que, este teto das oito CER tem sido transposto na última década, como veremos mais à frente na seção cinco na visão de Junqueira (2018).

Contudo, vale pontuar algumas reflexões sobre este modelo: Qual seria a real eficácia dessas múltiplas zonas de integração? Esses países possuem mecanismos para conciliar várias decisões provenientes desses fóruns – que não por raras vezes são diretrizes paradoxais entre si? E outro ponto não menos relevante é a dúvida concernente aos Estados possuírem flexibilidades logísticas e institucionais para honrar seus compromissos e ter uma participação efetiva em até mais de meia dúzia de organizações, dentre elas as sub-regionais, continentais, internacionais e mais algumas de caráter essencialmente histórico-cultural, e que, inclusive, não possuem grandes poderes deliberativos e quando o fazem, não são vinculativos, como os casos da CPLP, PALOP, FRANCOFONIA e a própria COMMONWEALTH.

Convém salientar que não pretendemos passarmos por defensores de uma tese anti-integracionista ou nos alinharmos aos ideais que advogam o isolamento nacionalista em vez da solidariedade global²³. Contudo, talvez seja melhor – para estes países – proceder a uma

²² LUIGI, Ricardo; PENNAFORTE, Charles. A integração global do continente africano. LUIGI, Ricardo; PENNAFORTE, Charles (Org.). *Perspectivas Geopolíticas – uma abordagem contemporânea*. Rio de Janeiro: CENEGRI, 2010, v. 1. 1ª ed. p. 163-184.

²³ Para mais aprofundamentos e compreensão deste debate, ver o artigo do Yuval Noah Harari para o Financial Times. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/19d90308-6858-11ea-a3c9-1fe6fedcca75>>. Acesso em: 04 abr. 2020.

readequação de seus esforços em espaços de cooperação nas quais possam se engajar com mais comprometimento, ao mesmo tempo que isso gera maiores ganhos em termos da participação na estrutura de poder global e da solidariedade entre os próprios Estados africanos. No caso do nosso debate em particular, estamos falando da UA ser mais proativa a partir dos seus objetivos e adquirir capacidades de congregar os países do continente numa só cúpula. Consideramos que este processo tem estado em andamento e o caminho certo nos parece ser o incremento desses esforços, mitigando as possíveis atrapalhadas da integração continental que podem advir dos referidos blocos de integração sub-regionais.

Nesta senda, como apontam as propostas da Agenda 2063 da UA, as heranças pan-africanistas constituem valiosos capitais referenciais para a construção deste grande espaço de concerto entre as nações africanas. Como apontam Poncian e Mgaya (2015), as lideranças africanas precisam retomar o legado da história pré-colonial, libertando-se de uma sistemática importação de modelos ocidentais e ao mesmo tempo, paradoxais com a realidade do continente. É com o conhecimento deste desafio que Bana (2005) salienta que o pan-africanismo do séc. XXI em diante, deve diminuir sua face intelectual e assumir seu capital de atuação ativista e mais engajada numa pedagogia e filosofia capaz de retomar o pan-negrismo outrora defendido por William Edward Burghardt Du Bois e Marcus Garvey – ideais estes que já fizemos referência na segunda seção.

Em síntese, se por um lado o pan-africanismo e a negritude foram uma das bases fulcrais para a independência dos países africanos que se desdobrou na criação da OUA, por outro, as mesmas correntes de pensamento pan-africanistas têm sustentado as reformas políticas na UA focadas no renascimento africano. Na verdade, o passado, o presente e o futuro das tentativas de construção da autonomia econômica, identidades sociopolíticas e culturais do continente africano parecem estar intrinsecamente atreladas à escola pan-africanista.

5. Reflexões e desafios do pan-africanismo no cenário internacional

Barbosa (2016) defende que cada vez mais o pan-africanismo tem sido debatido na área de Relações Internacionais como abordagem teórico-metodológica e política, refletindo sobre o continente africano e as suas reverberações neste campo do conhecimento.

A retomada do debate sobre pan-africanismo e as questões africanas dão-se para o autor por três questões fundamentais: a primeira deve-se ao chamado “Renascimento Africano” e ao crescimento econômico dos Estados nas últimas décadas. A segunda refere-se à consolidação da União Africana como organização que propaga os ideais de integração e unidade, conforme já reiteramos também neste artigo. E, a terceira e última questão tem por base a ampliação dos estudos

acadêmicos sobre as relações internacionais a partir da década de 1970, que trazem esforços de discussões do Sul Global e das teorias não-hegemônicas.

Embora saibamos que os debates não-tradicionais das Relações Internacionais ainda possuem pouco espaço na produção intelectual, consideramos importante destacar que o pan-africanismo tem sido apresentado como uma agenda no cenário político, retomando e influenciando nos últimos anos. À medida em que estratégias e ações endógenas vão sendo construídas pelos Estados Africanos, o recurso ao pan-africanismo surge em discursos, documentos e projetos. Um exemplo disto, já citado na seção anterior é a Agenda 2063 que consiste em um conjunto de iniciativas propostas e implementadas pela União Africana, sendo adotada em 31 de janeiro de 2015 na 24ª Assembleia Ordinária dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana em Addis Abeba. O pan-africanismo consta na Agenda 2063 de forma bastante explícita, como um ideário importante e as suas premissas também se repetem em todo o documento²⁴, como unidade e solidariedade.

Desse modo, na atualidade, o pan-africanismo presente em organismos internacionais como a União Africana, têm pautado demandas políticas, como analisa Junqueira (2018), apresentando o que o mesmo denomina de terceira fase pan-africanista: a integracionista. De acordo com o autor, um dos principais desafios do pan-africanismo na contemporaneidade é o da integração dos Estados:

Como consequência existiu um estímulo imenso na consecução de blocos regionais africanos, gerando multiplicidade de arranjos integracionistas (HARTMANN, 2016). Hodiernamente, existem aproximadamente 15 blocos regionais no continente, destacando-se os casos da União Africana (UA), Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS), Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), Mercado Comum da África Austral e Oriental (COMESA) e Comunidade da África Oriental (EAC). Conforme exposto, não poderíamos deixar de mencionar o caso da UA criada em 2002, possuindo 55 membros e tendo uma estrutura organizacional focada em matérias de paz, segurança, desenvolvimento e comércio. É a maior instituição regional do continente possuindo estrutura institucional similar à União Europeia (UE) e simbolizando o marco contemporâneo do Pan-Africanismo (FIORAMONTI; MATTHEIS, 2016). Em definitivo, existe uma clara relação entre a (des)colonização africana e suas instâncias regionais. E qual é? Se pudéssemos resumir tal analogia em uma palavra, ela seria “o pan-africanismo”, propriamente dito²⁵.

²⁴ Ver melhor em Agenda 2063: a África que queremos. Disponível em: <https://au.int/sites/default/files/documents/36204-doc-agenda2063_popular_version_po.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2020.

²⁵ JUNQUEIRA, Caio. O processo de (des)colonização e o regionalismo africano. *Rede de Pesquisa em Política Externa e Regionalismo (REPRI) – Observatório de Regionalismo*. São Paulo, 2018. Disponível em: <<http://observatorio.repri.org/artigos/regionalismoafricano/>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

Nesse sentido, o pan-africanismo está fundamentado nas ações e nas demandas do continente, não apenas como agenda, mas como um pilar ideológico que orientou diferentes fases históricas dos Estados africanos, tendo sido revisitado para influenciar outros e novos processos políticos. Para Nunes (2018, p. 222), “este movimento político pode ser entendido sobre duas perspectivas: a primeira enquanto projeto de libertação da estrutura eurocêntrica, e a outra enquanto projeto de integração da população negra nas organizações ocidentais”. Sendo, portanto, esta última perspectiva um desafio ainda presente, compreendendo que:

O Pan-africanismo acarreta da oposição aos tráficos escravistas nas Américas, Ásia e Europa, onde foram materializados os experimentos psicológicos e sociais que fizeram surgir movimentos de protesto e revoltas de cunho internacional reivindicando a libertação dos africanos escravizados, bem como a liberdade e a igualdade das populações africanas no estrangeiro. Em suma, era apenas uma reduzida manifestação de solidariedade entre os povos de ascendência africana nas terras inglesas²⁶.

No contexto interno, sobre o pan-africanismo e as suas instrumentalizações, Muryatan Barbosa (2011, p. 148) expõe que “seja como for, o Pan-africanismo vai-se tornando, em África, um discurso de diplomatas, abrindo espaço para o “afro-pessimismo”. Para o autor, a crítica ao pan-africanismo na contemporaneidade é organizada a partir da noção de uma intelectualidade mais nova que não comunga com os ideais da tradição inicial pan-africanista e que tem uma visão mais crítica, destacando que:

Em última instância, é uma argumentação que visa compreender os males africanos direcionando o foco de suas críticas às próprias elites locais. Trata-se de uma caracterização que, em geral, é vista como oposta àquelas anteriores, de origem pan-africana, que, supostamente, estariam entendendo os males africanos como simples epifenômeno da dominação europeia-ocidental; seja ela representada pelo tráfico escravista, pela Era Colonial, Imperialismo ou pelo Neocolonialismo. (Barbosa, 2011, p. 148).

Para tanto – como apontamos na seção quatro – os desafios do pan-africanismo não são estritamente teóricos, mas práticos (BANA, 2005). O que parece acontecer é um esforço das elites políticas em mobilizar a partir do pensamento pan-africanista, uma África mais autônoma. Todavia, uma continuidade que se observa é a tentativa de redirecionamento político para os Estados, que permanecem como elementos centrais. Outra questão relevante que também deve ser apontada no cenário atual, é a de que após a criação da UA e com a Agenda 2063, a ruptura com o neocolonialismo se apresenta de forma semelhante às lutas de independências dos Estados, pois se pautam em conceitos que ressurgem e são retomados, como a unidade, a solidariedade e a

²⁶ NUNES, Tailane Santana. Pan-Africanismo e Libertação. A luta anticolonial de Abdias do Nascimento. *Revista Idealogando*, v. 2, 2018, n. 1, p. 221-226.

integração. Desse modo, as influências do pan-africanismo persistem e apontam para caminhos que suscitam investigações para refletirmos sobre as experiências africanas nas relações internacionais, sobretudo, a partir da União Africana, uma vez que o continente se envolve em novos objetivos e desafios em um contexto histórico e político diferente.

Considerações finais

O pan-africanismo desdobra-se em múltiplas vertentes e enfoques ao longo do tempo, com conceitos políticos que servem como fundamentação de discursos e práticas, não apenas no continente africano, mas também em contextos de outros Estados e organizações. A sua ênfase em diferentes fases históricas da África, permite estudos específicos, mas interligados pelas dinâmicas que culminam com realidades atuais como os esforços da União Africana em demonstrar resultados frente aos desafios na nova ordem mundial.

A partir de estratégias institucionais endógenas como é o exemplo dos esforços da integração continental nos mais diversos níveis e com as aspirações da Agenda 2063, consideramos que as influências do pan-africanismo permanecem provocando as lideranças políticas africanas à refletirem sobre a condução de uma África integrada e unificada. Além disso, os desafios do século XXI e da globalização convidam às reinterpretações teóricas que englobem as realidades dos países e o futuro que desejam traçar, sendo neste caso, o pan-africanismo, uma retomada necessária e relevante, e que embora se apresente como um debate pífio no cenário internacional, abrange elementos a serem explorados, como destacamos neste trabalho, a questão integracionista.

Portanto, os enquadramentos teóricos trazidos pelo pan-africanismo ainda contribuem apontando para os velhos desafios dos Estados africanos, e ao contrário de encerrar as questões já levantadas desde os processos de independência, atravessam discussões contemporâneas e não esgotam os conceitos, sendo estes, seus principais norteadores. Na prática, as experiências realizadas já indicam caminhos e reforçam as ideias de arranjos institucionais capazes de resolverem alguns dos desafios já reconhecidos, mas carecem de maiores análises sobre possíveis êxitos e fracassos, uma vez que, se entende que a recente formação dos Estados independentes, as suas inserções nas organizações e a atual União Africana ainda configuram estratégias iniciantes nas conexões e dinâmicas da política internacional.

Não obstante, as influências e as possibilidades das reflexões acerca do pan-africanismo multiplicam-se ao passo que se desenvolvem ideais que se aplicam ao contexto africano. Nesse sentido, as produções intelectuais não se revelam tão difusas no que tange às suas contribuições na contemporaneidade, pois mesmo as reflexões clássicas tendo encerrado um ciclo importante, e até

mesmo prolongado, as suas repercussões carecem de olhares atentos, sobretudo para a compreensão dos estudos sobre a África e o posicionamento dos Estados nas relações internacionais.

Referências bibliográficas:

AFRICAN UNION (2013). AGENDA 2063. Home Page. Disponível em: <<https://au.int/en/agenda2063/overview>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

ALMEIDA, Érica Reis de. O pan-africanismo e a formação da OUA. *Revista geo-paisagem* (online). Niterói, RJ, Brasil; ano 6, jul./dez. 2007, nº 12. p. 1-22. Disponível em: <<http://www.feth.ggf.br/%C3%81frica.htm>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

ASANTE, S.K.B.; CHANAIWA, David. “O pan-africanismo e a integração regional”. *História Geral da África*, vol. XVIII: África desde 1935, cap. 24, p. 873-896. Brasília: UNESCO, 2010.

BANA Kapet de. Le panafricanisme au 21^{ème} siècle de la renaissance de l'Afrique, berceau de l'Humanité. *Conférence panafricaine de Bonn, organisée par l'O.M.A.*, sous le haut parrainage du Conseil Mondial de la Diaspora Panafricaine (C.M.D.P). Bonn – Allemagne les 12 et 13 août 2005; p. 1-27. Disponível em: <https://africa.smol.org/files/cmdp/cmdp_actu57.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

BARBOSA, Muryatan Santa. Pan-africanismo na Présence Africaine: unidade e diversidade de um ideal na Présence Africaine 1956-63. XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH). *Caderno de resumos: Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios*. Florianópolis; v. 1, 2015. p. 1-23.

_____, Muryatan Santana. Pan-africanismo e teoria social: uma herança crítica. *Revista África*. São Paulo. v. 31-32, 2012; p. 135-155.

_____, Muryatan Santana. Pan-africanismo e relações internacionais: uma herança (quase) esquecida. *Revista Carta Internacional*, Belo Horizonte, v. 11, 2016, n. 1; p. 144-162.

BETI, Mongo; TOBNER, Odile. *Dictionnaire de la negritude*. Paris: L'Harmattan, 1989.

BISSIO, Beatriz. De Bandung aos BRICS: Continuidade ou Ruptura? *37º Encontro Anual da ANPOCS*. Águas de Lindóia – São Paulo, 2013. ANPOCS, v. 1; p. 1-20.

BRESCIA, Raissa. Ação política intelectual como modelo de participação negra: o movimento da Négritude 1930-1960. *Revista de Ciências Humanas*, Minas Gerais – Viçosa, v. 14, 2014, p. 392-409.

DOFONNOU, Nadège Biova; SILVA, Anderson Henrique da; STAINER, Andrea Quirino. Os

acordos firmados no continente africano e sua relação com os processos de integração regional: o caso da União Africana. *Revista Política Hoje*, v. 25, 2016, n. 2; p. 133-160. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/8669/14663>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

DÖPCKE, Wolfgang. A vida longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra. *Rev. Bras. Polít. Int.* v. 42 (1), 1999, p. 77-109.

DURÃO, Gustavo de Andrade. Intelectuais africanos e pan-africanismo: uma narrativa pós-colonial. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, 2018, n. 25, p. 212 – 242.

HAFFNER, Jacqueline A. H; VIANA, Genivone Etmy Sequeira. União Africana (U.A): desafios e oportunidades da integração. *Conjuntura Austral*, Porto Alegre, RS, v. 4, 2013, n. 20, p. 69-94. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/38134>>. Acesso em: 02 maio 2020.

JAMES, C. L. R. *Os Jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. São Paulo, SP. Boitempo Editorial, 2007.

JUNQUEIRA, Caio. O processo de (des)colonização e o regionalismo africano. *Rede de Pesquisa em Política Externa e Regionalismo (REPRI) – Observatório de Regionalismo*. São Paulo, 2018. Disponível em: <<http://observatorio.repri.org/artigos/regionalismoafricano/>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

LUIGI, Ricardo; PENNAFORTE, Charles. A integração global do continente africano. LUIGI, Ricardo; PENNAFORTE, Charles (Org.). *Perspectivas Geopolíticas – uma abordagem contemporânea*. Rio de Janeiro: CENEGRI, 2010, v. 1. 1ª ed. p. 163-184.

MBOKOLO, Elikia. “A África independente”. *África Negra: História e Civilizações*. Tomo II (do séc. XIX aos nossos dias; p. 630-653). Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2011.

NUNES, Tailane Santana. Pan-Africanismo e Libertação. A luta anticolonial de Abdias do Nascimento. *Revista Idealogando*, v. 2, 2018, n. 1, p. 221-226.

PAIM, Márcio Luís. Pan-Africanismo: Política, Libertação e Golpes de Estado. *Revista Tempo, Espaço e Linguagem*, vol. 7, 2016, nº .1, jan. /jun. Irati, Paraná; pág. 207-229.

PONCIAN, Japhace & MGAYA, Edward (). Africa's Leadership Challenges in the 21st Century: What Can Leaders Learn from Africa's Pre-Colonial Leadership and Governance? *International Journal of Social Science Studies*; v. 3, 2015, n. 3. Beaverton, Oregon, EUA; p. 106 – 115. Disponível em: <<http://redfame.com/journal/index.php/ijsss/article/view/710>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

REIS, Raissa Brescia dos; RESENDE, Taciana Almeida Garrido. Présence Africaine e intelectualidade francófona: uma introdução à historiografia. *Cultura e mobilização: reflexões a partir do I Congresso Internacional de Escritores e Artistas Negros*. 1ed. Rio de Janeiro: Synergia Editora; 2016, p. 1-24.

RIBEIRO, Claudio Oliveira. União Africana: possibilidades e desafios. *II–Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional (CNPEPI): o Brasil no mundo que vem aí*. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre Gusmão; 2007, p. 33-72.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *A África moderna: um continente em mudança (1660-2010)*. Porto alegre: Leitura XXI, 2010.

WAPMUK, Sharkdam; AKINKWOTU, Oluwatooni. As dinâmicas da África nas relações mundiais: do afro-pessimismo para o afro-otimismo? In: *Revista Brasileira de Estudos Africanos*; v.2; 2017, n.4; jul./dez. 2017; Porto Alegre – RS – Brasil; p. 11-31.